

“NA TERRA ONDE NÃO HÁ PRECONCEITOS DE COR... ESTRANGEIROS INDESEJÁVEIS SIM, NEGROS NÃO”: COMPETIÇÃO E CONFLITO ENTRE IMIGRANTES E NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO PAULISTANO (1915-1932)

Victor Pastore¹

Mestrando em História Social - FFLCH/USP

vpastore22@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo investigar as interpretações de lideranças negras paulistas do início do século XX a respeito do papel dos imigrantes europeus no processo de exclusão dos trabalhadores negros do mercado de trabalho em São Paulo. Tal processo vinculou-se estritamente à chegada em massa dos estrangeiros no estado e ao racismo científico reinante nas classes dominantes paulistas. Nos textos que escreveram em seus jornais - a chamada imprensa negra paulista -, intelectuais afro-brasileiros concederam papel importante aos imigrantes europeus, considerando-os não apenas concorrentes, mas sujeitos privilegiados pelos empregadores e pelo Estado, ao passo que o negro teria sido abandonado no pós-abolição. Não bastasse essa situação, muitos imigrantes ainda reproduziam atitudes racistas e a assimilando a hostilidade dos brancos brasileiros contra a população negra, fato também denunciado nos jornais.

Assim, sustento que o imigrante tornou-se elemento fundamental no discurso das lideranças negras, para a elaboração de uma identidade étnica/nacional, bem como para seu projeto político de mobilização. Vale destacar que os escritores da imprensa negra formavam uma “elite intelectual” dentro da comunidade afrodescendente, geralmente com algum emprego fixo e mais recursos do que a maior parte de seus pares (DOMINGUES, 2000, p. 163; ANDREWS, 1998, p. 201), porém, no contexto socioeconômico geral identifico-os como membros das classes trabalhadoras. Basicamente, eram funcionários públicos de baixo escalão, empregados de pequeno comércio, jornalistas ou professores. Como detentores de uma cultura letrada e atentos às notícias e acontecimentos da cidade de São Paulo, enxergavam-se como porta-vozes,

¹ A presente investigação surge de minha pesquisa de mestrado em andamento, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

guias para o restante da comunidade, na luta contra o racismo, a exclusão e a favor da integração social completa do que chamavam a “classe dos homens de cor” ou “raça negra”.

Ao longo deste trabalho pretendo mostrar que, longe de ser uma fantasia de caráter xenófobo, a leitura que os líderes negros faziam de sua situação encontrava subsídios na experiência concreta dos afrodescendentes na cidade. Essa conclusão decorre de uma breve análise do contexto do mercado de trabalho em formação no pós-abolição paulistano, primeiro aspecto a ser explorado. Com isso, pretendo estabelecer as bases para a análise da discussão na imprensa negra a respeito dos imigrantes. Em seguida, analiso alguns artigos produzidos por esses intelectuais que envolvem a figura do imigrante. Essa parte será subdividida em dois subtópicos: a sensação de abandono dos negros e de serem preteridos em função dos estrangeiros na sociedade, em geral, e nos postos de trabalho, em particular; e a revolta contra as atitudes racistas que vinham de membros da própria comunidade imigrante. Por fim, mostro algumas tentativas desse movimento negro inicial de intervir em âmbito institucional, reivindicando políticas públicas diferentes para o mercado de trabalho de São Paulo e do Brasil.

A configuração de um mercado de trabalho racializado no pós-abolição paulistano

Durante o processo de desarticulação da escravidão no Brasil, as classes dominantes elaboraram diferentes projetos para encaminhar o que consideravam o “problema da mão de obra” sem que perdessem seus privilégios e mantivessem uma estrutura produtiva de alta lucratividade e baixos custos. No estado de São Paulo, a política vencedora, articulada principalmente pela elite cafeeira, consistiu no programa de subvenção estatal à imigração europeia. Tal estratégia foi responsável por criar um enorme exército de reserva de mão de obra no campo que, por consequência, inchou também a oferta de trabalho nas cidades, sobretudo na capital, que vivenciava sua primeira arrancada industrial (FAUSTO, 2016, p. 43). Segundo George Reid Andrews (1998, p. 98), entre 1890 e 1914 mais de 1,5 milhões de europeus, dentre os quais a maioria era italiana, atravessaram o Atlântico em direção a São Paulo, sendo que 63,6%

deles tiveram suas passagens bancadas pelo governo do Estado. Dessa forma, os proprietários garantiram uma situação em que a maior disponibilidade de trabalhadores do que postos de trabalho rebaixava salários, garantia mão de obra e dificultava a formação de movimentos de luta dos trabalhadores.

A situação descrita não é exceção brasileira, afinal, a constituição de um exército de mão de obra de reserva é um elemento de primeira necessidade na formação do capitalismo. No entanto, no processo histórico paulista ocorreu uma peculiaridade que acabou moldando a competição por trabalho: a chegada em massa de imigrantes europeus somou-se ao racismo vigente nos intelectuais e na classe dos empregadores, o qual tinha chancela científica na época. As teorias raciais deram suporte às políticas de branqueamento empreendidas pelo Estado brasileiro, em particular no estado de São Paulo, além de aos poucos tornarem-se justificativa intelectual para as políticas de imigração (AZEVEDO, 2004, p. 50-71; ANDREWS, 1998, p. 96-97). Nesse processo, trabalhadores negros foram marginalizados dos principais postos de trabalho, tanto na zona rural quanto na indústria incipiente da capital. O discurso hegemônico considerava o trabalhador imigrante como responsável pelo progresso e modernização da cidade, enquanto o negro era identificado com o atraso, a vadiagem e a inferioridade, grupo a ser paulatinamente eliminado ao longo do desenvolvimento da nação brasileira.

O domínio dos estrangeiros em boa parte das ocupações urbanas, sobretudo na indústria nascente e no comércio, foi incontestável especialmente nas duas primeiras décadas do século XX, quando chegaram a ocupar entre 70 e 90% desses espaços (ANDREWS, 1998, p.111-112). A década seguinte marcou o início de uma tímida nacionalização do mercado de trabalho formal, período em que afrodescendentes ingressaram em maior quantidade e que os estrangeiros - a essa altura estigmatizados sob a pecha do anarquismo e do bolchevismo, não despertavam mais simpatia das classes dominantes - e a política de imigração perderam espaço. Porém, nos recenseamentos de 1920, ainda é possível observar o peso dos estrangeiros em setores como indústria e comércio, onde correspondiam à aproximadamente metade dos trabalhadores em cada, enquanto os brasileiros apareciam super-representados no setor de serviços domésticos (aqui, a maioria eram negros), em serviços públicos (especialmente na polícia e no

exército, setores mal remunerados à época) e nos serviços “informais”, trabalhando por conta própria no que fosse possível:

Tabela: Distribuição percentual de brasileiros e imigrantes na força de trabalho da cidade de São Paulo, em 1920, por áreas selecionadas da economia.

	Brasileiros	Imigrantes	Número
Total da população economicamente ativa	50,4	49,6	240.045
Indústria	48,9	51,1	100.375
Comércio	37,5	62,5	30.580
Serviço doméstico	63,1	36,9	15.467
Transporte	41,1	58,9	13.912
Forças armadas, polícia e bombeiros	90,7	9,3	5.783

Fonte: Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920 (Rio de Janeiro, 1927), 4, pp. 170-173. Retirado de: ANDREWS, 1998, p. 112.

A aparente paridade entre nacionais e estrangeiros nesse censo, no entanto, é enganadora - principalmente na indústria. Isso porque a categoria “brasileiros” naquele momento incluía a primeira geração de filhos de imigrantes nascidos no Brasil. Tais indivíduos enquadram-se no que o historiador Luigi Biondi (2010, p. 25) categorizou como “comunidade migrante alargada”, sujeitos que, “mesmo sendo brasileiros para todos os efeitos, cresceram numa cidade que por quase trinta anos teve um terço de sua população estável composta por compatriotas de seus pais, cujos filhos, por direito, também eram italianos”. Evidente que nessa geração a identidade italiana (ou as identidades étnicas e nacionais, em geral) não era forte como a de seus pais, encontrando-se de certa forma diluída ou sob maior influência do ambiente multiétnico brasileiro, mas não se perdia. Muitos desses jovens falavam o idioma de seus pais, integraram associações étnicas, circularam com outros das mesmas nacionalidades e, talvez o mais significativo, eram vistos por outros brasileiros como estrangeiros. Era comum que esses indivíduos obtivessem vantagens na busca por emprego devido à indicações de seus pais e familiares, inseridos anteriormente no mercado² - situação que era potencializada, como

² George Reid Andrews (1998, p. 113) ao pesquisar os quadros de funcionários da têxtil Jafet nas décadas de 1910 e 1920, por exemplo, identificou que a maioria dos sobrenomes dos jovens trabalhadores era de

indico mais a frente, pelo fato serem brancos. Portanto, a exclusão de afro-brasileiros em relação a essa comunidade ainda guardava semelhança com os períodos auge da imigração.

Para não ficar apenas nos números, alguns relatos do final da década de 1920 corroboram os dados. Jules Humbert Droz, um enviado da Internacional Comunista na América Latina, teve uma breve passagem pelo Brasil e relatou suas impressões através de cartas enviadas à esposa. Em seus escritos o militante estrangeiro chamou a atenção para o fato de que “os *coolies* brasileiros, os trabalhadores da estiva, os homens de trabalho pesado são todos homens de cor, enquanto que os comissários, os contramestres, aqueles que manejam a pena e os funcionários, as mulheres bem vestidas, etc., são todos brancos” (PINHEIRO & HALL, 1979, p. 310). Em São Paulo, *locus* privilegiado da imigração europeia, a situação foi ainda mais desigual, ponto bastante consensual na historiografia. Conforme resumiu Carlos Hasenbalg (2005, p. 292), “em nenhum outro lugar do país (além de São Paulo) foram os imigrantes brancos tão claramente os “ganhadores” e os negros os “perdedores” no processo do desenvolvimento econômico e da prosperidade”. Todas essas questões foram identificadas pela militância negra que se formava na cidade e tiveram peso significativo em seu projeto político, ponto a ser analisado a seguir.

“Estrangeiros indesejáveis sim, negros não”: percepções da militância negra sobre a exclusão racial em São Paulo e sua relação com os imigrantes

Parte considerável dos artigos divulgados nos jornais de imprensa negra denunciava a situação de marginalidade e exclusão vivida pelos afrodescendentes em São Paulo. Os articulistas liam sua experiência a partir da noção de que o Estado, as classes dominantes e a sociedade, em geral, após a abolição da escravidão haviam abandonado a população negra. Sua condição de cidadãos de segunda classe, ainda que não inscrita na lei mas presente nas práticas sociais, gerava um sentimento que a historiadora Paulina

origem italiana e que estes eram parentes de empregados italianos mais velhos. O autor identificou censos no avançado ano de 1934 indicando que os filhos de pais estrangeiros eram 73,3% da força de trabalho industrial na cidade.

Alberto (2017, p. 42) caracterizou como “estrangeiridade” - a sensação de que “se vão tornando estrangeiros dentro da própria terra onde nasceram”, expressão corriqueira naqueles jornais durante a década de 20.³ Benedicto Florêncio, militante negro, expressou tal incômodo em um texto publicado em *O Alfinete*, em 1921:

Apesar dos seus feitos, porém, e do muito que a essa raça deve a nação, vivem os seus membros espezinhados pela sociedade e torturados pela crítica. [...] é assim que vivemos neste meio que foi formado e regado com o suor dos nossos maiores; é assim que vivemos nesta terra onde tudo se nos negam, desde os direitos político-sociais até a entrada em certas e determinadas congregações religiosas!

A sociedade nos odeia, o povo branco nos persegue, e a religião exclui de seu completo património espiritual!!!

Para todos existem aqui corações, venham eles até da China, mas, para o desgraçado que teve a infelicidade de nascer escuro, só há uma sentença: é preto...

[...] devemos por isso estar sujeitos a essa situação humilhante de desgraçados sociais?⁴

Nota-se na passagem a referência aos imigrantes. O Brasil, país cuja imagem era a de um ambiente hospitaleiro e cordial, onde estrangeiros e diferentes nacionalidades supostamente eram aceitos e tinham boas oportunidades,⁵ não tratava com igualdade alguns daqueles que nasceram em seu próprio solo por “questões de cor”, motivos raciais. Para Florêncio, o negro no Brasil estaria no final da escala de respeito e bom tratamento, preterido até por chineses, se fosse o caso. A exclusão era identificada em diferentes

³ Inicialmente, tal ideia apareceu em um jornal da grande imprensa, *A Gazeta*, em reportagem que comentava a dificuldade da população negra em encontrar emprego. Desde então, periódicos da imprensa negra estabeleceram diálogo com o jornal e aprofundaram o debate, recorrendo frequentemente àquela noção. Ver, especialmente, a série de artigos *Os pretos em São Paulo*, publicados originalmente em *O Getulino*, jornal de Campinas, mas depois replicados em *O Kosmos*, São Paulo, ano 3, n. 27-30, 1924 e 1925.

⁴ *O Alfinete*, São Paulo, ano 4, n. 77, novembro de 1921, p. 2.

⁵ Evidente que a vida do imigrante no Brasil também não era simples. Se por um lado, as oportunidades da população imigrante eram melhores do que a da comunidade afrodescendente, por outro, esse grupo migrou empobrecido e enfrentou o cotidiano coercitivo sem garantias de direitos trabalhistas, com alto índice de desemprego e rotatividade do trabalho, condições precárias de trabalho, baixos salários, repressão da ordem, além da pífia infraestrutura urbana. Enfim, a realidade dura da classe trabalhadora em geral, bastante analisada pela historiografia (FAUSTO, 2016). Não se trata de igualar o discurso dos jornalistas negros à realidade histórica, mas entender as especificidades de sua interpretação acerca dela, o que envolvia a constante comparação com a comunidade imigrante.

esferas da vida social e econômica, desde a dificuldade de entrar em certos espaços, como escolas e igrejas, até a pouca representatividade na política e a impossibilidade do voto, justificada a partir do analfabetismo. José Correia Leite, outro militante do período, segue na mesma linha, identificando privilégios na vivência dos estrangeiros, quando afirma que no pós-abolição os negros “ficaram libertos, porém, sem pão e sem lar, embrutecidos pelos martírios do maldito regime. Tiveram também de enfrentar as correntes imigratórias que sempre foram bem remuneradas e amparadas por todas as leis do nosso país”, enquanto que “do negro ninguém cuidou”.⁶

Um agravante da situação, segundo o pensamento desses autores, era o fato de que o negro havia contribuído de forma significativa para o desenvolvimento da nação e, portanto, era merecedor de um lugar consolidado na nacionalidade brasileira. Na condição de escravizados, os afro-brasileiros foram as “máquinas de trabalho” que “construíram os alicerces para o progresso” do país, o que impunha uma dívida histórica ao Brasil com esse grupo, segundo o vocabulário de Correia Leite.

Na esfera do mercado de trabalho em particular, a conjuntura descrita anteriormente a partir dos recenseamentos aparece nos inúmeros casos contados pelas lideranças negras sobre a preferência racial dos empregadores. Benedicto Florêncio, alguns anos após as declarações já citadas, indignava-se ao relatar a busca incessante por emprego de um negro migrante do Rio de Janeiro para São Paulo:

[...] por ser preto não encontra emprego em parte alguma. Vai às fábricas, mas não lhe dão serviço, muitas vezes nem lhe deixam falar com os gerentes. Procura anúncios nos jornais, acorre pressuroso aonde precisam de empregados e, embora chegue primeiro do que outro qualquer candidato, por ser de cor é posto à margem e recusado.⁷

Em parte, essa experiência era explicada pelos inúmeros anúncios de oportunidades de emprego divulgados nos jornais da grande imprensa ou fixados nas portas dos estabelecimentos. Uma matéria de página inteira publicada no periódico negro *Progresso*, de autoria coletiva da equipe, indica que tais chamadas traziam de antemão,

⁶ *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, ano 6, n. 16, 13 de maio de 1929, p. 4.

⁷ *O Kosmos*, São Paulo, ano 3, n. 29, 21 de dezembro de 1924, p. 1.

com todas as letras, os requisitos étnico-raciais para ocupação dos cargos: “PRECISA-SE de um chauffeur, para carro de câmbio, à rua tal, n tantos. Prefere-se branco”, “Família de tratamento, à rua. n. procura copeiro japonês”.⁸ Petrônio Domingues (2000, p. 82) identificou nos últimos anos do século XIX anúncios semelhantes em jornais de ampla circulação, que especificavam a preferência por italianos.

A matéria do *Progresso* indica que até mesmo nos serviços domésticos, onde historicamente muitos negros e negras eram empregados, havia preferência por europeus. Uma senhora que trabalhou a vida toda com serviços domésticos relatou para a equipe do periódico alguns dos argumentos racistas utilizados pelos patrões: “essa mesma folha que o Sr. traz a mão [um jornal da grande imprensa], insere uma porção de pedidos de criados. Mas os patrões de hoje não querem transformar seus palacetes em senzalas”.⁹ Os articulistas consideravam essa discriminação responsável por “criar uma onda de desocupados” negros na cidade, os quais em seguida seriam taxados pela polícia e pelo poder público como vagabundos, acusados de vadiagem.¹⁰

Outro exemplo de tensão étnico-racial nos mundos do trabalho que ganhou as páginas dos jornais negros foi o caso da Guarda Civil de São Paulo, que durante muito tempo não aceitava negros em suas fileiras. Alvo de críticas da militância negra, a instituição foi obrigada por uma resolução de Júlio Prestes, então governador do estado, a extinguir quaisquer filtros de cor em seus processos de admissão. A imprensa negra comemorou a medida,¹¹ mas quase três anos depois, em 1931, acusavam que a nova política ainda não havia entrado em vigor na guarda, pois mal se viam negros com essa função. Os militantes negros, reunidos em torno do jornal *Progresso* resolveram escrever uma carta à diretoria da instituição pedindo a “eliminação total de qualquer restrição oposta à entrada de pretos na milícia civil de São Paulo”.¹² Nessa carta, o *Progresso* contrapôs a numerosa presença dos italianos na guarda à ausência de negros, ainda que muitos dos últimos cumprissem os requisitos técnicos da função. Além disso, insinuaram

⁸ *Progresso*, São Paulo, ano 2, n. 16, 26 de setembro de 1929, p. 5.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Progresso*, São Paulo, ano 2, n. 16, 26 de setembro de 1929, p. 5.

¹¹ *Progresso*, São Paulo, ano 1, n. 3, 19 de agosto de 1928, p. 1.

¹² *Progresso*, São Paulo, ano 2, n. 33, fevereiro de 1931, p. 3.

que a explicação era o racismo da instituição, cuja preocupação seria embelezar a aparência da guarda a partir dos critérios da branquitude, pouco importando as habilidades de seus membros:

É verdade que teoricamente não há hoje oposição a esse ingresso de nossos patrícios de origem africana, mas praticamente há. E a prova disso está em que não se veem guardas civis pretos. A predominância da preocupação de se fazer dessa corporação uma vistosa exibição de soldados elegantes levou a sua administração a aceitar em proporção surpreendente, estrangeiros que nem sabem falar corretamente o português, o que lhes dificulta enormemente o contato com o público, na sua missão de polícia que mais deve agir pela persuasão do que pela força.¹³

Pouco mais tarde, com a criação da Frente Negra Brasileira, a militância afrodescendente recorreria também ao interventor de Vargas no estado, exigindo que negros fossem igualmente contratados em todos os cargos públicos, incluindo a Guarda Civil.¹⁴ No processo de luta em torno dessa questão, José Correia Leite resumiu a situação, acusando a hipocrisia do discurso que pintava um Brasil de suposta harmonia racial, mas que, na prática, sustentava uma segregação racial velada: “antes de se nomear um negro brasileiro para uma repartição pública, é preciso ver se os estrangeiros já estão colocados. E assim fez-se uma guarda civil na terra onde não há preconceitos de cor... estrangeiros indesejáveis sim, negros não”.¹⁵ Em sua leitura do mercado de trabalho racializado de São Paulo, os integrantes desse movimento negro inicial captaram exatamente o que anos depois se tornaria a interpretação dominante sobre o período:

a vantagem dos imigrantes estava propriamente no fato de que o meio social estava mais “preparado” para recebê-los, pois por preconceitos sociais e raciais descartavam-se os ex-escravos e os trabalhadores nacionais. Ainda que os estrangeiros possuísem um maior nível de alfabetização, as habilidades do trabalho não giravam em torno da instrução. Tratava-se mais de uma questão de demanda que de oferta. Os empregadores “preferiam” — porque podiam

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Progresso*, São Paulo, ano 4, n. 45, 31 de janeiro de 1932, p. 2.

¹⁵ *O Clarim d'Alvorada*, ano 6, n. 15, 07 de abril de 1929, p. 1.

optar — trabalhadores brancos, pobres, pouco exigentes e cuja família também fizesse parte da população economicamente ativa (BARBOSA, 2008, p. 102).

"Não somos colônia, mas sim metade da nacionalidade": a reprodução do racismo pelos estrangeiros

Se até o momento enfatizei a competição desigual no mercado de trabalho paulistano através de uma perspectiva de maior escala, com foco nas políticas do Estado e nas escolhas dos empregadores e classes dominantes, é possível analisar uma outra face do problema, perceptível em escala mais reduzida, nas relações cotidianas entre os próprios trabalhadores. Refiro-me à tensão entre os grupos étnico-raciais negro e imigrante, intensificada pelo ambiente de disputa, escassez e precariedade do trabalho urbano.

Já há algum tempo, a historiografia tem enfatizado como o caráter multiétnico das classes subalternas e a presença estrangeira em São Paulo configuraram mais uma barreira do que um impulso à organização dos trabalhadores enquanto classe (HALL, 2010; ANDREWS, 1998, p. 108-110). Apesar de terem sido superadas pela identidade classista em certos momentos, sobretudo nos intermitentes períodos de agitações grevistas, as identidades étnicas e raciais tornaram-se um desafio adicional para as lutas. Sobre esse aspecto, a respeito das relações entre afro-brasileiros e estrangeiros, a imprensa negra revela muito mais conflitos e tensionamentos do que os raros lampejos de solidariedade.¹⁶

Segundo os militantes negros, não demorou muito para que o racismo reinante na sociedade brasileira fosse assimilado e reproduzido pelos trabalhadores imigrantes e seus descendentes. José Correia Leite, em suas memórias declarou que

¹⁶ Não significa que solidariedade e ações em conjunto não tenham existido, porém, ao menos pelo olhar das lideranças negras que elaboravam um projeto de luta racial, elas pouco aparecem. Algumas brechas no discurso dos jornais revelam que esses militantes muitas vezes se identificavam como a classe dos “mais pobres”, “trabalhadores” e até mesmo “proletariado”, estabelecendo diálogos com o vocabulário classista. Porém, esse não era o recorte que guiava suas lutas. Autores como Boris Fausto (2016, p. 53-57) sustentam que as identidades nacionais foram logo superadas pelas de classe nos grupos de trabalhadores imigrantes. Porém, quando se tratava de negros e brancos, principalmente a partir de fontes que trazem a voz da população afrodescendente, seja das lideranças ou não, acredito que o conflito foi mais acirrado - até pela diferença ocupacional e socioeconômica entre os grupos, já trabalhada neste texto. Ver, além dos jornais de imprensa negra, os relatos contidos em: CUTI, 2007; BERNARDO, 1998.

no tocante à discriminação, eles [os italianos] seguiam a regra dos brasileiros brancos. Tratavam os negros com distância. [...] Os italianos aqui chamavam os negros de brasileiros. [...] E eles também gostavam de xingar os negros de “tizune”, ou seja, tição. Eles diziam “tizule”, ou também chamavam de “menilique”, no sentido do deboche, de avacalhar o negro (CUTI, 2007, p. 52).

O termo “menilique” mencionado por Correia Leite refere-se a Menelik, o imperador que comandou os povos etíopes na vitória contra a invasão da Itália em seus territórios, durante a última década do século XIX. Esse episódio arrefeceu as pretensões italianas na África e marcou a região da Abissínia como uma das únicas a resistirem às garras do imperialismo europeu pós-Conferência de Berlim. Não espanta, portanto, que a figura de Menelik fosse evocada pelos imigrantes italianos do outro lado do Atlântico, em tom pejorativo, numa tentativa de ofender os negros brasileiros. Vale observar, porém, que *O Menelik* foi o título escolhido para o periódico que marcou o *boom* da imprensa negra paulista na Primeira República. Inaugurado em 1915 como o “órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor”,¹⁷ a existência de um jornal com tal nome revela que a figura do imperador etíope significava algo diferente para a população afro-brasileira. Tornado símbolo para lideranças negras paulistas, Menelik era resgatado positivamente nas páginas daqueles periódicos, reivindicado com orgulho em atitude de clara afronta aos italianos residentes na cidade.

As páginas da imprensa negra trazem uma variedade de exemplos de representações negativas sobre os afrodescendentes que eram publicadas nos jornais das colônias imigrantes, do movimento operário (que era formado por muitos estrangeiros), além de denunciar também casos de racismo cotidiano dos europeus. Quando as atitudes de discriminação vinham de estrangeiros eram consideradas pelos negros como ainda mais absurdas. Segundo estes, os que estavam em condição de hóspedes no Brasil deveriam agradecer o tratamento e aceitação do novo país, sem afrontas a qualquer grupo que formava a nacionalidade.¹⁸ Gervásio de Moraes, por exemplo, reivindicava sua condição enquanto negro e brasileiro ao exigir tanto dos imigrantes quanto dos brancos, em geral: “que nos respeitem porque não somos colônia, mas sim, metade da

¹⁷ *O Menelik*, São Paulo, 1915.

¹⁸ *Progresso*, São Paulo, ano 2, n. 20, 31 de janeiro de 1930, p. 4.

nacionalidade”.¹⁹ A sociedade branca paulista, no entanto, não parecia disposta a incluir os negros em seu conceito de nacionalidade.

A disputa com o estrangeiro tomava corpo e se manifestava em vários espaços da cidade, principalmente nos estabelecimentos que estes controlavam desde “alguns barbeiros até certas casas de bebidas”.²⁰ Assim, o imigrante tornava-se um elemento adicional para a referida sensação de “estrangeiridade” da população negra. Em seus escritos, Benedicto Florêncio queixava-se que “até os estrangeiros querem nos transformar em hóspedes indesejáveis” em seu próprio país.²¹ Era como se houvesse dois grupos de hóspedes no Brasil: aqueles desejáveis, contraditoriamente nascidos no exterior, na Europa; e os indesejáveis, os afro-brasileiros, considerados como párias e entraves ao progresso civilizacional da nação. Florêncio expressava sua revolta contra o preconceito do estrangeiro, propondo essa questão fosse uma das principais a serem combatidas pela organização dos negros:

Que o velho fazendeiro carranca seja contra nós, que parte da sua geração tenha antipatias para conosco ainda se compreende sendo mesmo admissível, mas, que estrangeiros, simples hóspedes aqui em nossa terra, tenham a criminosa petulância de nos perseguir, isso é verdadeiramente bárbaro, ultrapassa os limites da estupidez e merece ser repellido, se preciso for até a ferro e fogo! [...] É contra esta feição estrangeira do problema que nos propomos a lutar até nos próprios tribunais.²²

As permanências do problema no alvorecer da década de 1930

Na década de 1930, a política de imigração subvencionada já não era praticada há alguns anos, extinta oficialmente em 1927. Desde as grandes greves de 1917 e 1919, as classes dominantes e o Estado endossaram campanhas contra os estrangeiros, considerados os principais responsáveis pela subversão entre os trabalhadores (FAUSTO, 2016, p. 262-272). Fora isso, a imigração diminuiu com a eclosão da Primeira Guerra,

¹⁹ *O Clarim d'Alvorada*, ano 7, n. 25, 13 de abril de 1930, p. 2.

²⁰ *O Kosmos*, ano 3, n. 29, 21 de dezembro de 1924, p. 1.

²¹ *Ibidem*.

²² *O Kosmos*, ano 3, n. 29, 21 de dezembro de 1924, p. 1.

sem atingir novamente o elevado patamar dos anos iniciais do século. Lúcio Kowarick (1987, p. 121-127) apontou como a partir da diminuição da importação de mão de obra até mesmo os discursos hegemônicos sobre trabalhadores nacionais e imigrantes passaram a se inverter, sendo aqueles agora considerados aptos para o trabalho – “senão melhores, pelo menos iguais aos estrangeiros” -, desde que passassem por um processo de disciplinarização. Era necessário recuperar a imagem construída sobre esses trabalhadores, pois o futuro, na perspectiva das classes dominantes, seria nacionalizar o mercado de trabalho. Foi nesse sentido que Getúlio Vargas promulgou, em 1931, a legislação conhecida como “dos dois terços”, cuja diretriz era que todo estabelecimento deveria empregar $\frac{2}{3}$ de brasileiros natos e, no máximo, $\frac{1}{3}$ de estrangeiros.

No entanto, nos discursos da imprensa negra durante os anos iniciais daquela década a percepção dos articulistas é que imigrantes e seus filhos ainda se faziam presentes em número elevado, além de continuarem usufruindo de privilégios sociais e, por consequência, reduzindo as oportunidades para a população afrodescendente. Casos de preferência por imigrantes nos postos de trabalho do estado de São Paulo continuaram a povoar as páginas daqueles jornais e sugerem que os efeitos da Lei dos $\frac{2}{3}$ nas práticas sociais ocorreram lentamente. Sobre Amâncio Silva, um operário negro que buscava trabalho nas fábricas e nas docas de Santos, o jornal *Progresso* relatou que ele repetidamente não era contratado sob a justificativa de que as firmas não aceitavam empregados brasileiros. Em uma das ocasiões, é dito que Silva contestou o empreiteiro, lembrando-o da vigência da referida lei, mas recebeu como resposta que “qual lei nem meia lei [...]. A lei aqui sou eu”.²³

Esse caso é explicativo das permanentes queixas da Frente Negra Brasileira (FNB), formada naquele mesmo ano, sobre os imigrantes. Durante sua história, uma das principais pautas daquela que foi a organização mais sólida dos negros na primeira metade do século XX, era justamente a luta contra a entrada dos estrangeiros no país. Em telegrama enviado a Vargas, as lideranças da FNB faziam perfeitamente a relação entre a massa imigrante e o desemprego do negro - interpretação construída durante anos de

²³ *Progresso*, São Paulo, ano 4, n. 42, 15 de novembro de 1931.

acúmulo e debate nas associações e imprensas negras, conforme busquei demonstrar ao longo deste texto:

A Frente Negra Brasileira enviou o seguinte telegrama ao exmo. senhor dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório:

“O Grande Conselho da Frente Negra Brasileira representando milhares de patrícios, protesta perante V. Excia. contra a contínua entrada de imigrantes estrangeiros, quando nada se faz para melhorar a situação de infinidade de negros desempregados”.²⁴

Dois anos depois, Arlindo Veiga dos Santos, importante militante e intelectual negro do período e que chegou a ocupar a diretoria da FNB, candidatou-se à constituinte de Vargas, com uma campanha voltada para a população afrodescendente. Entre suas propostas estava a suspensão da entrada de estrangeiros no Brasil por 20 anos, até que houvesse “valorização moral, intelectual, física e econômica das populações negras e mestiças”, e somente depois da integração completa do negro, o país poderia pensar em “assimilar nacional e racialmente todos os elementos adventícios” (MALATIAN, 2015, p. 247).²⁵ Portanto, a questão dos imigrantes ainda esteve em jogo durante a década de 1930 no universo da militância negra, presente nos debates desses indivíduos.

Em tempos de crise migratória do século XXI, os discursos anti-imigrantistas dos intelectuais afrodescendentes na Primeira República poderiam ser rapidamente interpretados na lógica da xenofobia. Tal interpretação simplista só poderia ser levantada sem qualquer atenção ao contexto histórico vivido por negros e imigrantes dentro da São Paulo daquele período. A vasta disponibilidade de trabalhadores e o caráter racializado do mercado de trabalho que se formava - muito influenciado pelo racismo científico, pelas políticas de branqueamento e pelo discurso que relacionava o trabalhador nacional à vadiagem - criaram um ambiente de tensão étnico-racial dentro das próprias classes subalternas. Conflitos e rivalidades foram motivadas principalmente pela concorrência por empregos - como expresso no telegrama da FNB à Vargas – mas foram frequentemente expressos em vocabulário racial, étnico e nacional, exacerbando

²⁴ *A Voz da Raça*, ano 1, n. 28, 23 de dezembro de 1933, p. 1.

²⁵ Maior aprofundamento sobre as polêmicas e conservadoras propostas desse militante negro, além da desconstrução da ideia de "raça" em seu pensamento e ação política pode ser encontrado no capítulo 14 do livro de Teresa Malatian (2010).

preconceitos e estigmas, impulsionando a reprodução do racismo contra os negros em muitos estrangeiros.

Se toda a identidade só pode ser construída em relação a um ou mais grupos contrapostos, que cumpram o papel de ser o “eles” ou o “outro” perante ao “nós”, é possível concluir que a figura do imigrante aos poucos assumiu essa função no discurso e no projeto político das lideranças afrodescendentes. Nos escritos da imprensa negra os estrangeiros, talvez tanto quanto “os brancos, em geral” ou os “brancos brasileiros”, ocuparam a função de grupo de oposição, devido a todo o contexto de proximidade dentro da cidade, mas também de precariedade e busca por trabalhos e espaços sociais. A oposição ao imigrante foi, portanto, um elemento fundamental na tomada de consciência e organização política daqueles negros em São Paulo.

Referências bibliográficas

ALBERTO, Paulina. **Termos de inclusão:** intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites, século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro:** olhares sobre São Paulo. São Paulo: EDUC, Editora UNESP, 1998.

BIONDI, Luigi. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Frederico & FRANZINA, Emilio (orgs.). **História do trabalho e histórias da imigração:** trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX). São Paulo: Edusp, 2010, pp. 23-48.

DOMINGUES, Petrônio. **Negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930)**. Dissertação (Mestrado em História Social), FFLCH/USP, 2000.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

HALL, Michael. Entre a etnicidade e a classe em São Paulo. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Frederico & FRANZINA, Emilio (orgs.). **História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)**. São Paulo: Edusp, 2010, pp. 49-63.

KOWARICK, Lucio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUTI, Luiz Silva. **...E disse o velho militante José Correia Leite**. 19ª ed. rev. São Paulo: Noovha América, 2007.

MALATIAN, Teresa. **O cavaleiro negro: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira**. São Paulo: Alameda, 2015.

PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael. **A classe operária no Brasil (1889-1930): documentos**, vol. 1. São Paulo: Alfa Omega, 1979.